

CONSTRUÇÕES SOCIAIS DAS INFÂNCIAS: DIÁLOGOS ENTRE PSICOLOGIA AMBIENTAL, GEOGRAFIA E HISTÓRIA

"Social constructions of childhood: dialogues between environmental psychology, geography, and history"

Anderson Rafael Lima da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Resumo

A interseção entre a Psicologia Ambiental, a Geografia da Infância e a História das Infâncias revela a importância de compreender a relação entre o espaço e o indivíduo, especialmente no contexto das crianças e dos adolescentes. Esses campos de estudo reconhecem a influência mútua entre as pessoas e os ambientes que ocupam, destacando a necessidade de considerar as particularidades e singularidades desses sujeitos. A Geografia da Infância surge como um campo transdisciplinar, trazendo contribuições da sociologia e da história das infâncias, e enfocando a construção social da infância, com atenção aos recortes sociais. Por sua vez, a Psicologia Ambiental enfatiza a relação entre o indivíduo e o espaço físico que ocupa, considerando as necessidades e comportamentos das pessoas. A História das Infâncias, como uma ciência viva e em constante revisão, busca compreender a trajetória das crianças ao longo do tempo, dialogando com outras disciplinas e tendo um compromisso com a garantia de direitos. No contexto das infâncias marginalizadas, a compreensão do espaço e suas influências se torna crucial para entender as vivências, desafios e desenvolvimento dos indivíduos. Esses campos de estudo buscam contribuir tanto no âmbito acadêmico quanto na formulação de políticas públicas e na promoção de transformações sociais, reconhecendo a importância de se compreender e atender às necessidades das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: relação espaço-indivíduo. Infâncias. Multiplicidade.

Abstract

The intersection between Environmental Psychology, Geography of Childhood, and History of Childhood reveals the importance of understanding the relationship between space and the individual, especially in the context of children and adolescents. These fields of study recognize the mutual influence between people and the environments they occupy, emphasizing the need to consider the particularities and singularities of these subjects. The Geography of Childhood emerges as a transdisciplinary field, drawing contributions from sociology and the history of childhood, focusing on the social construction of childhood with attention to social divisions. In turn, Environmental Psychology emphasizes the relationship between the individual and the physical space they occupy, considering people's needs and behaviors. The History of Childhood, as a living and constantly revisited science, seeks to understand the trajectory of children over time, engaging in dialogue with other disciplines and having a commitment to the guarantee of rights. In the context of marginalized childhoods, understanding space and its influences becomes crucial to grasp the experiences, challenges, and development of individuals. These fields of study seek to contribute both in the academic realm and in the formulation of public policies and the promotion of social transformations, recognizing the importance of understanding and addressing the needs of children and adolescents.

Keywords: space-individual relationship. Childhood. Multiplicity.

No Brasil, a partir da década de 1980, houve uma notável expansão no campo de estudos relacionados à infância. Inicialmente, essa temática era foco de estudos nas áreas de psicologia, medicina e pedagogia, até se tornar objeto de investigação também nas áreas de geografia, antropologia, sociologia e história. Essa ampliação ocorreu devido à fragmentação dos estudos sobre a família e ao surgimento de uma nova perspectiva em relação à infância moderna, o que proporcionou um olhar renovado sobre essa fase do desenvolvimento humano no contexto histórico.

Nesse processo, também se observou uma significativa expansão nos temas pesquisados. Além das crianças em conflito com a lei, houve uma análise mais aprofundada do mundo das infâncias em situação de rua, estudos sobre as diferentes formas de violência enfrentadas pelas crianças e, principalmente, uma percepção da multiplicidade de experiências das infâncias no Brasil. Isso implicou em fugir de uma visão totalizante e generalista da infância, direcionando a pesquisa para um estudo mais aprofundado das infâncias no campo, ribeirinhas, quilombolas, periféricas, LGBTQ+, indígenas, ciganas e todas as multiplicidades possíveis

Ao olharmos para a história dos estudos da infância, autores como Del Priore (1997) e Abramowicz e Moruzzi (2017) destacam o historiador medievalista Philippe Ariès e seu livro "História Social da Criança e da Família" (1981) como um trabalho pioneiro na concepção da infância. Nessa obra, o historiador traça um perfil da infância a partir do século XII, utilizando-se de fontes como iconografia religiosa e secular, vestimentas, diários, efígies funerárias, jogos e brinquedos. O resultado desse estudo é a tese de que o sentimento de infância é uma construção da modernidade, resultante das transformações ocorridas no mundo e, especialmente, na estrutura familiar desde o século XVII.

A partir dos estudos de Ariès, a infância passa a ser vista como uma possibilidade de análise histórica, e assim um campo de pesquisa na história surge, com trabalhos inicialmente focados na Europa e nos EUA, realizando análises baseadas nas contribuições de Ariès. De fato, o trabalho apresenta algumas fragilidades na metodologia utilizada, nas fontes consultadas e, principalmente, no caráter generalista proposto pelo autor ao identificar o conceito de infância. No entanto, é importante salientar a grande contribuição do autor para os futuros estudos relacionados à infância.

Para o historiador Francês a noção de infância pode ser compreendida com um sentimento social/histórico, um acontecimento que faz com que a sociedade diferencie a criança do adulto, criando, produzindo e sobrepondo-se à criança

maneiras específicas de se vestir, de se alimentar, de se estar entre os adultos, e maneiras específicas de cuidado e de educação promovidos pelos adultos para as crianças (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2017, pp. 25–26).

Para isso, Ariès voltou-se para a análise de duas instituições que, no período moderno, ganham importância e notoriedade na construção da sociedade. Primeiramente, a educação, que é concebida como um meio de controle da infância. A escola, como instituição, torna-se fundamental para separar a criança do mundo adulto, estabelecendo normas e condutas específicas para esse grupo. No entanto, a abordagem de Ariès em relação à educação possui uma certa ambiguidade, pois o autor não se aprofunda na análise da importância da educação para a própria construção da infância moderna, tornando difícil distinguir se a educação é a causa ou a consequência deste processo.

Com a chegada da educação como um mecanismo de separação entre o mundo infantil e o mundo adulto, a família, segundo elemento observado pelo autor, passa por grandes transformações com o surgimento do sentimento de infância. Anteriormente, não havia um cuidado específico com "os de pouca idade", mas agora a relação entre pais e filhos se transforma e os papéis sociais dentro da família também sofrem mudanças. O pai torna-se o provedor, enquanto a mãe assume o papel de cuidadora do lar e responsável pela transmissão de valores éticos e morais às crianças. Essa dinâmica familiar passa a ser o núcleo da família burguesa moderna.

A partir dos estudos de Ariès, muitos pesquisadores começaram a perceber e estudar a infância na história. Com a ampliação desses estudos, algumas teses levantadas por Ariès foram questionadas por outros pesquisadores. As análises das iconografias feitas pelo autor foram contestadas devido ao seu caráter generalista na observação das mudanças em relação à infância na modernidade. Essas mudanças podem ter sido de natureza estética no campo da arte, e não necessariamente refletiam uma transformação no comportamento social das pessoas retratadas. Além disso, as pinturas retratavam apenas membros das classes mais privilegiadas, o que proporciona uma visão muito específica desse período.

Outra crítica está relacionada à utilização do diário do médico do Rei Luís XIII como fonte. Esse registro era sobre uma criança excepcional, criada em um ambiente monárquico com todo o luxo e requinte, o que a torna um exemplo atípico de comportamento e transformações da infância na modernidade. É importante ressaltar a extrema excepcionalidade de sua vida e questionar a sua representatividade como um exemplo geral.

O surgimento da educação e as transformações sociais na família podem ser considerados como consequências do surgimento desse sentimento de infância na sociedade moderna, e não necessariamente as causas desse fenômeno. No entanto, esse aspecto é pouco abordado pelo autor, indicando que não era o foco principal de suas pesquisas, que estavam voltadas para o estudo da família.

Alguns autores estão começando a se dedicar a pensar sobre a infância, seu surgimento e suas percepções, ampliando as possibilidades de interpretação e permitindo análises mais profundas desse período tão singular. O historiador Douglas Braga (2015) faz um balanço historiográfico bastante abrangente sobre a infância como objeto de estudo histórico, explorando autores europeus e norte-americanos que, a partir da pesquisa de Ariès, começaram a discutir outras visões sobre o surgimento da infância e suas possibilidades de análise.

Para o filósofo norte-americano David Archard (2014), afirmar que antes do mundo moderno não havia um conceito de infância é uma imprecisão histórica de Ariès. As sociedades do passado podem não ter tido uma concepção moderna de infância, mas isso não significa que elas não pensavam nas crianças de forma diferente dos adultos. Elas poderiam simplesmente ter abordagens distintas da maneira moderna de pensar esse período. Archard avança ainda mais ao diferenciar a concepção e o conceito de infância, uma distinção que não foi explorada por Ariès.

[...], é possível que todas as sociedades tenham tido um conceito de infância, uma ideia geral sobre esse período, mas existiram diversas concepções de infância. O conceito de infância, na sua perspectiva, requer que as crianças sejam distinguidas dos adultos a partir de um conjunto não especificado de atributos. Já a concepção de infância seria a especificação destes atributos. (BRAGA, 2016, p. 22).

Na percepção de Archard, todas as sociedades construíram e desenvolveram um conceito de infância, que, em sua visão, envolve o reconhecimento da individualidade da criança em relação ao adulto. No entanto, as concepções e atributos que diferenciam uma criança da outra podem variar entre culturas. A duração da infância, as definições legais que estabelecem a transição entre criança e adulto e as próprias subdivisões desse período (como bebê, primeira infância etc.) são fatores que podem sofrer grandes variações culturais.

A historiadora Michelle Perrot (2009) faz uma contribuição significativa para os estudos da infância ao analisá-la como um objeto de intervenção. Seus estudos baseiam-se em fontes francesas do século XIX, nas quais é perceptível a mudança no papel do filho dentro da família, passando a ocupar um espaço de maior importância e posição central. A partir desse momento, a criança passa a ser vista como um objeto que recebe investimentos, tanto afetivos quanto econômicos e educacionais. O Estado começa a enxergar na criança o futuro da nação, um futuro cidadão, e, como resultado, surgem diversos interessados em intervir nesses sujeitos, como filantropos, médicos e estadistas, todos com o objetivo de proteger, educar e disciplinar a criança.

Tanto a infância quanto a adolescência começam a ser analisadas na pesquisa da autora, especialmente em relação aos elementos de intervenção. Segundo Braga (2016, p. 27), "as primeiras leis de cunho social tiveram como objetivo as crianças, implementando, por exemplo, a limitação do tempo de trabalho nas fábricas." Embora essas medidas não fossem efetivas, elas demonstram o interesse nessa parcela da população, com um impacto simbólico e jurídico considerável. É importante observar que essas questões não eram levantadas apenas pelo Estado, mas também pelos sindicatos de trabalhadores, que se mobilizavam para intervir na infância, principalmente no que diz respeito ao trabalho. A adolescência também era vista com preocupação, evidenciando uma divisão interna e estabelecendo diferentes concepções de infância e adolescência.

a adolescência, além de um perigo para os próprios indivíduos, era também um perigo para a sociedade, tornando-se frequente na época a imagem do adolescente criminoso. Internatos e pensionatos foram constantemente criticados, sendo apontados como responsáveis pela masturbação e práticas homossexuais (BRAGA, 2016, p. 27).

Isso nos leva a perceber que dentro de uma mesma cultura pode haver múltiplas concepções de infância. A ideia de uma infância generalizada, focada em uma estrutura familiar burguesa e da alta realeza, como proposta por Ariès, não é precisa historicamente. Ao ampliar o campo de observação e análise das fontes, torna-se evidente que há tratamentos diferentes para a infância em famílias burguesas e em famílias de trabalhadores. Embora ambas vivam uma infância, as concepções dessas experiências são distintas e elas são alvo de intervenções de terceiros de maneiras completamente diferentes. Isso nos leva a compreender que existem múltiplas infâncias, que precisam ser

analisadas de forma distinta, evitando uma perspectiva generalista que acaba silenciando outras experiências da infância.

A CRIANÇA-ATOR: DESCONSTRUINDO CONCEITOS TRADICIONAIS DE INFÂNCIA

A partir dos estudos históricos que revelam as diferentes concepções de infância e ser criança em diversas culturas, o contexto contemporâneo nos desafia a repensar como estudar essas múltiplas infâncias sob novos paradigmas das ciências sociais, particularmente no campo da sociologia da infância. Esse campo de estudo adota uma abordagem multidisciplinar para compreender as diversas infâncias e o significado de ser criança em nossa sociedade. Originando-se dos estudos da sociologia da família no Brasil na década de 1980, a sociologia da infância se beneficia da contribuição de disciplinas como antropologia da infância, geografia da infância e história das infâncias, formando assim um campo de estudo interdisciplinar para a compreensão das infâncias. Essa abordagem questiona e também é questionada no modo como fazemos ciência ao estudar as infâncias e as crianças.

O primeiro ponto de ruptura ocorre com o paradigma tradicional que concebe a infância como uma fase natural e universal na vida das crianças, as colocando como seres passivos nessa fase. Isso se assemelha à concepção iluminista do aluno, como alguém sem luz, um recipiente a ser preenchido pelos adultos. Os novos estudos sobre as infâncias nos confrontam com uma visão de infância que valoriza o pensamento crítico, reconhecendo que as crianças são ativas na construção de sua própria infância e influenciam na construção social da infância por meio de sua agência.

[...] nossa perspectiva é pensar de que maneira a criança pode ela própria interrogar sua infância, de que maneira a criança pode infletir, interrogar, subtrair e resistir à ideia de infância, quando ela se apresenta como um dispositivo fabricado e, de certa maneira, garantidor de um funcionamento da sociedade (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2016, p. 34).

Ao considerar a criança como alguém que questiona a própria infância, isso automaticamente atribui a ela um poder de agência. A infância é vista como uma construção social que influencia a criança, mas ao mesmo tempo é também influenciada, moldada e questionada por ela. Nesse sentido, surge a ideia de uma criança-ator, alguém que desempenha um papel ativo na construção e na representação da infância.

[...] o princípio da criança-ator incita a se passar da visão determinista que coloca a ênfase nos fatores estruturais que pesam sobre a ação social para a análise da capacidade de ação (*agency*) da criança, enquanto que o princípio da construção social da infância questiona a ideia desta como categoria definida simplesmente pela biologia e passa a entender seu significado como variável do ponto de vista histórico, cultural e social e sempre sujeito a um processo de negociação tanto na esfera pública quanto na privada (MARCHI, 2009, p. 228).

A partir dessa concepção de criança-ator, surgem algumas questões comuns nas abordagens da sociologia da infância. Uma delas é a necessidade de descolonizar a abordagem da criança, trazendo concepções mais atualizadas e que dialogam com os tempos atuais. Isso implica em se opor ao modelo clássico que enxerga a infância como um grupo etário com uma cultura própria e desconstruir o modelo determinista que vê a infância como algo generalizado.

Outro ponto fundamental a ser percebido é que a infância é uma construção social, produzida por uma série de mecanismos de controle, normas, leis, medidas e pressupostos filosóficos, teológicos, jurídicos, pedagógicos e psicológicos. Em outras palavras, a infância é anterior à criança, sendo moldada e influenciada pela imagem que o adulto projeta nela. A infância surge com o propósito de moldar a criança, sendo o adulto quem a cria, a pensa e, assim, retira sua potência e possibilidade de transformação. Como afirmam Abramowicz e Moruzzi (2016, p. 34), "a criança está empobrecida no aluno, no pequeno consumidor, empobrecida em ideias pré-concebidas de infância, sendo, por isso, também uma prisioneira política."

Nesse sentido, a infância é um dispositivo de poder, e a própria criança, em sua subjetividade, resiste e questiona esse dispositivo. Ela é moldada, mas também molda a própria infância, pois ao pensar em uma criança-ator, estamos considerando uma criança que sente, compreende, projeta e molda seu ambiente.

PSICOLOGIA AMBIENTAL E GEOGRAFIA DA INFÂNCIA: COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO E AS MÚLTIPLAS INFÂNCIAS

O mundo passava por uma intensa transformação política e social na metade do século XX. A Europa estava fragilizada e devastada após o fim da Segunda Guerra Mundial, que resultou em um período de seis anos com um saldo de mortes entre 50 a 70 milhões, famílias desestruturadas, um grande número de crianças órfãs e inúmeras cidades completamente destruídas. Foi nesse contexto, durante o processo de reconstrução das cidades europeias após a Segunda Guerra Mundial, que a Psicologia Ambiental começou a surgir.

Com a implementação de programas habitacionais de larga escala, no quadro da política de reconstrução do pós-guerra, os arquitetos e planejadores urbanos, juntamente com os cientistas do comportamento, se conscientizaram de que o ambiente construído deveria refletir não somente princípios de construção e estética, mas também outros fatores como as necessidades psicológicas e comportamentais dos futuros ocupantes (MELO, 1991, p. 85).

Inicialmente, o estudo desse novo ramo da Psicologia era chamado de "Psicologia da Arquitetura". Essa nomenclatura refletia a necessidade dos arquitetos de compreender as principais necessidades dos ocupantes das grandes obras públicas, que estavam diretamente ligadas à reconstrução das cidades após a guerra. Nesse contexto, o cliente era o Estado e seus cidadãos, algo incomum na época.

É importante observar que, enquanto os arquitetos possuíam uma visão determinista da relação entre o homem e o meio ambiente, com o ambiente ocupando um papel central em detrimento do comportamento humano, os psicólogos direcionavam sua atenção para observar inicialmente o homem e como ele se comportava a partir do tipo de lugar que ele ocupava. Ou seja, os psicólogos da época estavam mais interessados em compreender como o ambiente influenciava o comportamento humano, em vez de considerar o ambiente como o fator determinante.

Seus interesses se voltam para as descobertas e análises de regas ambientais e sociais, papéis ocupacionais, objetivos e intenções dos usuários de um determinado ambiente, função do local, atividade x ambiente, etc. E é a partir de estudos básicos como estes que vai se criando

o embasamento teórico necessário para qualquer disciplina. (MELO, 1991, p. 87).

O surgimento da Psicologia Ambiental está diretamente relacionado à necessidade de compreender como o ser humano se relaciona com novos espaços, concebidos a partir de uma nova lógica social e espacial no contexto pós-guerra. Tratava-se de pensar em ambientes adequados às necessidades da população europeia desabrigada, enquanto a psicologia buscava entender como essa mesma população se comportava e interagiu nesses espaços.

A Geografia da Infância, como campo de pesquisa, surgiu na década de 1970, com foco em compreender as crianças e suas relações com o espaço, ou seja, em pensar o espaço a partir da perspectiva das crianças. Esse campo nasceu como uma crítica aos estudos puramente estatísticos na Geografia, que não eram capazes de lidar com as questões emergentes, e ao racionalismo positivista, que dominava a Geografia naquela época. A Geografia da Infância surge a partir da Geografia Humanista, que busca compreender a representação e a percepção do espaço pelos indivíduos, levando em consideração suas características únicas e singulares, mas também reconhecendo que, apesar de singulares, as crianças compartilham uma sociabilidade e pertencem a grupos sociais mais amplos, que possuem características que os identificam como grupo.

A Geografia Humanista reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição. [...] procura um entendimento do mundo humano através das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar (TUAN, 1982, p. 143).

A abordagem da Geografia Humanista permite uma reflexão mais ampla sobre o espaço e o lugar, considerando as complexidades do relacionamento entre o ser humano e a terra. Esse enfoque possibilitou o surgimento de uma área da Geografia dedicada a pensar especificamente o espaço e o lugar no contexto das infâncias.

Para analisar como esses dois campos de pesquisa podem dialogar, é importante compreender que ambos têm como premissa a relação entre o espaço e o indivíduo. Enquanto a psicologia ambiental abrange qualquer indivíduo, a Geografia da Infância

concentra-se nas múltiplas infâncias. Portanto, surge a necessidade de entender como esses campos abordam metodologicamente esses espaços.

Ambos os campos de pesquisa surgem em um contexto multidisciplinar, recebendo contribuições de outras disciplinas como Psicologia, Geografia Humana, Sociologia, Antropologia, História e Arquitetura. Especificamente a Geografia da Infância, por se concentrar em uma categoria geracional, incorpora influências de outros estudos voltados para o mundo das infâncias, como a sociologia da infância e a história das infâncias. São campos do conhecimento que se especializaram no estudo das múltiplas infâncias.

A Geografia da Infância no Brasil se desenvolve a partir de uma compreensão da infância como uma construção social, distanciando-se de uma visão universalista da infância como um período de transição para a vida adulta. Ao considerar a infância como uma construção social, ela é entendida em sua pluralidade, levando em conta os recortes sociais nos quais as crianças estão inseridas, como gênero, classe social, etnia, entre outros. As crianças são vistas como seres protagonistas, com vontades e desejos próprios, que são influenciados pelo espaço e o influenciam. Elas são consideradas agentes motores tanto no aspecto econômico quanto no aspecto social, e, portanto, precisam ser compreendidas, estudadas e tratadas de maneira específica.

Essas concepções de infância, que surgiram inicialmente dentro do campo da Geografia Humanista, também se baseiam em referências aos estudos da Psicologia Cognitiva de Piaget. Piaget propôs a ideia de que as crianças constroem sua noção espacial em um processo linear e organizado por etapas. Esses estudos pioneiros ampliaram a compreensão sobre como as crianças vivem, entendem e representam os espaços, introduzindo a ideia de que as crianças possuem lógicas próprias e diferentes do mundo adulto, lidando consigo mesmas, com os outros e com o mundo de maneira distinta.

A Geografia da Infância no Brasil busca, portanto, compreender e estudar as múltiplas infâncias considerando suas singularidades, percepções e interações com o espaço. Ela se apoia em uma abordagem multidisciplinar, incorporando contribuições de diversos campos do conhecimento para ampliar a compreensão das experiências e vivências das crianças no contexto espacial.

Assume o diálogo com os referenciais da perspectiva histórico-cultural de Vigotski e demais colaboradores. Especialmente ao abordar a unidade entre meio e desenvolvimento humano, Vigotski acaba por nos convidar a olhar o

espaço geográfico para muito além de palco ou superfície das ações humanas, mas, efetivamente, como instância constituinte do desenvolvimento humano (LOPES; COSTA, [s.d.], p. 04).

Os estudos voltados para as infâncias e seus espaços de convívio e atuação enfatizam a agência das crianças, reconhecendo que elas são sujeitos ativos, com vontades e necessidades próprias. Isso significa que as crianças não são apenas passivas e dependentes dos adultos, mas também têm a capacidade de produzir, ressignificar e interferir nos espaços que habitam. Elas constroem seu próprio entendimento e relação com o mundo ao seu redor.

Além disso, o espaço geográfico é considerado um elemento fundamental para a compreensão das experiências e vivências das crianças. O espaço não é apenas um cenário neutro onde as crianças estão presentes, mas é um elemento constitutivo e constituinte das infâncias. O ambiente físico, social e cultural no qual as crianças estão inseridas influencia diretamente suas percepções, interações e possibilidades de ação.

Na Psicologia Ambiental, entende-se que os seres humanos possuem não apenas uma existência social, mas também uma existência física, ou seja, ocupam e habitam espaços. A relação entre o indivíduo e o ambiente físico é considerada fundamental para compreender as interações, comportamentos e experiências humanas. Nesse sentido, a Psicologia Ambiental busca compreender como as características físicas, sociais e simbólicas dos espaços influenciam as pessoas, incluindo as crianças.

Assim, tanto a Geografia da Infância quanto a Psicologia Ambiental reconhecem a importância do espaço e sua relação com os indivíduos, destacando a agência das crianças e a influência dos ambientes físicos e sociais em suas vidas. Essas abordagens multidisciplinares oferecem perspectivas enriquecedoras para compreender as infâncias e promover a criação de espaços mais adequados e inclusivos para as crianças. Porém.

Quando pretendemos estudar a interação do homem com o meio ambiente devemos sempre levar em consideração a atividade na qual o indivíduo está envolvido e o seu papel no exercício dessa atividade, pois acreditamos que o indivíduo está em algum lugar não por acaso, mas porque tem algum objetivo/meta a cumprir. Além disso devemos considerar o tipo de interação desse indivíduo com os que estão a sua volta, caso seja de nosso interesse estudar o indivíduo num ambiente particular. Isso significa que o ambiente tem grande impacto sobre o processo social, e por isso mesmo ele nunca pode ser menosprezado (MELO, 1991, p. 04).

Certamente, a relação entre o espaço e o indivíduo desempenha um papel fundamental ao abordar temáticas como a situação de adolescentes em restrição de liberdade. O espaço físico e social em que esses adolescentes se encontram pode impor restrições, limitações e condições desfavoráveis, afetando suas vidas de várias maneiras. Espaços de segregação, falta de oportunidades, violência e negação de direitos podem contribuir para a reprodução de ciclos de violência e exclusão social.

Além disso, a busca da identidade na adolescência é um processo complexo que também está intimamente ligado ao espaço e ao contexto social em que os jovens se inserem. Durante essa fase de transição da infância para a vida adulta, os adolescentes enfrentam desafios emocionais, psicológicos e sociais ao tentar encontrar seu lugar no mundo e definir sua identidade. O espaço, tanto físico quanto social, influencia e é influenciado por esse processo de construção da identidade, pois são nesses espaços que os jovens vivenciam suas experiências, estabelecem relações sociais, experimentam autonomia e tomam decisões importantes.

A adolescência também é marcada pela oposição às normas vigentes e pela exploração dos espaços. Os jovens buscam afirmar sua independência e se distanciar da infância, experimentando novas formas de interação, expressão e vivência. Nesse contexto, os espaços sociais desempenham um papel crucial, pois são neles que os adolescentes encontram oportunidades para explorar, experimentar e se engajar em diferentes atividades, moldando sua identidade e visão de mundo.

Ao considerar a relação entre o espaço e o indivíduo, podemos compreender melhor as experiências, desafios e potenciais dos adolescentes, assim como as estruturas sociais e espaciais que os influenciam. Isso nos possibilita refletir sobre como criar ambientes mais inclusivos, seguros e propícios para o desenvolvimento saudável e a realização do potencial desses jovens. Ao considerar a realidade dos adolescentes marginalizados, é fundamental compreender como o espaço em que vivem é construído e como eles interagem com esse ambiente. A cidade e o contexto urbano em que esses jovens estão inseridos desempenham um papel significativo em suas trajetórias de vida, influenciando suas experiências, oportunidades e desafios.

A partir das abordagens da Psicologia Ambiental e da Geografia da Infância, é possível aprofundar o entendimento sobre como o espaço é percebido, vivenciado e

moldado pelos adolescentes marginalizados. Essas perspectivas destacam a importância de considerar não apenas as características físicas do ambiente, mas também as relações sociais, culturais e simbólicas que nele se desenvolvem.

Ao analisar a relação entre espaço e indivíduo, podemos identificar como fatores como a infraestrutura urbana, a segregação socioespacial, a disponibilidade de serviços públicos, a qualidade do ambiente, as oportunidades de lazer e cultura, entre outros, afetam a vida e o desenvolvimento dos adolescentes. Compreender essa interação entre espaço e indivíduo possibilita uma análise mais completa e sensível das condições em que esses jovens vivem, e também abre caminho para a proposição de intervenções e políticas públicas que promovam a equidade, a inclusão e o bem-estar desses adolescentes em sociedade.

Dessa forma, a abordagem conjunta da Psicologia Ambiental e da Geografia da Infância oferece um olhar mais abrangente e atento às dinâmicas e desafios enfrentados pelos adolescentes marginalizados, permitindo uma compreensão mais profunda de suas realidades e a busca por soluções mais efetivas para melhorar suas condições de vida e promover sua participação plena na sociedade.

CONCLUSÃO

Você está absolutamente correto. A História é uma ciência em constante evolução, sempre sujeita a revisões e reformulações à medida que novas evidências, perspectivas e abordagens surgem ao longo do tempo. A História das Infâncias é um campo historiográfico importante que se dedica a compreender a trajetória das crianças ao longo da história e como as concepções e tratamentos da infância têm sido construídos e transformados ao longo do tempo.

A partir da abordagem da História das Infâncias, é possível perceber como a noção de infância tem sido construída e reconstruída, desde sua concepção moderna até as múltiplas infâncias presentes na sociedade contemporânea. Essa compreensão é essencial para o avanço dos estudos acadêmicos nessa área, bem como para a formulação de políticas públicas e ações de enfrentamento às violações de direitos das crianças.

A interdisciplinaridade desse campo historiográfico, ao dialogar com outras áreas do conhecimento, como a Psicologia, Antropologia, Geografia e Sociologia, enriquece as

análises e contribui para uma compreensão mais completa das experiências e realidades das crianças ao longo da história.

Além disso, a História das Infâncias possui um papel social relevante, ao se debruçar sobre a história de sujeitos que historicamente tiveram seus direitos violados e ao dialogar com movimentos sociais e a sociedade em geral. Isso implica em compromisso com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, buscando compreender como as experiências passadas podem contribuir para estratégias e ações no presente.

Nesse sentido, o pesquisador dessa área tem uma responsabilidade de dialogar constantemente com a sociedade, buscando trazer à tona questões relevantes e sensíveis sobre a infância, e contribuindo para a transformação social e o enfrentamento de desigualdades e violações de direitos. Ao reconhecer o papel da História das Infâncias na construção social e política, é possível perceber a importância de se dedicar a esse campo historiográfico com sensibilidade, compromisso e um olhar crítico, em busca de promover a justiça social e o bem-estar das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; MORUZZI, A. B. Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância (Childhood in the contemporary world: questions for the sociological studies of childhood). *Crítica Educativa*, 13 fev. 2017. v. 2, n. 2, p. 25. Disponível em: <<http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/94>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ARCHARD, D. *Children: Rights and Childhood*. [S.l.]: Routledge, 2014.

ARIÈS. *História Social da Criança e da Família*. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRAGA, D. De A. R. A infância como objeto da história um balanço historiográfico. *Revista USP*, 2015. v. 10, p. 26. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ran/article/view/123935>>.

LOPES, J. J. M.; COSTA, B. M. F. *Geografia da infância: onde encontramos as crianças?* [s.d.]. p. 18.

MARCHI, R. As Teorias da Socialização e o Novo Paradigma para os Estudos Sociais da Infância. *Educação & Realidade*, 2009. v. 34, n. 1. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8467>>. Acesso em: 15 out. 2021.

MELO, R. G. C. De. Psicologia ambiental: uma nova abordagem da psicologia. *Psicologia USP*, 1991. v. 2, n. 1–2, p. 85–103. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1678-51771991000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 1º jul. 2023.

PERROT, M. Figuras e papéis. Em: PERROT, M. (Org.). *História da vida privada 4 - da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PRIORE, M. Del. *História das crianças no Brasil*. 7ª edição ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 1997.

TUAN, Y.-F. Geografia Humanística. Em: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). *Perspectivas Da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982.

DADOS DE AUTORIA

Anderson Rafael Lima da Silva

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Programa vinculado entre Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) (2021), possui graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (2018). Coordenador Pedagógico do LAHIN - Laboratório de História das Infâncias do Nordeste e da Escola de Conselhos de Pernambuco. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0381465657520363>. E-mail: silvaarl.hist@gmail.com